

## **Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90005/2024

Processo Administrativo nº 08230.002928/2024-11

A empresa **ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, CNPJ nº 40.911.117/001-41, pelo presente e por sua representante legal, devidamente qualificada nos autos do certame em epígrafe vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, oferecer **RECURSO** à decisão que classificou/habilitou a empresa AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, o que passa a fazer na forma que segue:

### **1. DO RECURSO**

Trata-se, na espécie, de recurso contra a decisão que classificou e habilitou a empresa AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. Essa decisão não observou a incompatibilidade da proposta/habilitação com dispositivos constantes no Edital, especificamente sobre a ausência de registro da empresa junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e a exigência contida no item 8, subitem 8.26.

É o resumo.

### **2. DAS RAZÕES**

#### **2.2 DA AUSÊNCIA DE REGISTRO DA EMPRESA JUNTO AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT**

O PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador - foi instituído pela Lei 6.321/76 e tem como objetivo principal a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores visando à promoção de sua saúde e prevenção das doenças profissionais, por meio da concessão de incentivos fiscais.

No âmbito do PAT, as parcelas a título de alimentação não possuem natureza salarial, não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não se constituem em rendimento tributável do trabalhador, tampouco em base de incidência para os encargos trabalhistas e previdenciários, portanto, quando a empresa é participante deste programa, o custo com o vale-alimentação não tem caráter salarial e não incide sobre ele – o vale-alimentação – os encargos sociais previstos nos submódulos 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias e no 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições que recaem sobre o salário.

Sendo participante do programa, os custos com a alimentação devem ser inseridos no submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários, possuindo a empresa, ainda, o direito de descontar o percentual de 20% sobre o valor do benefício, conforme entendimento confirmado pelo Tribunal Superior do Trabalho que determinou que “se a empresa participar do PAT, o desconto é limitado a 20% do custo da refeição (e não do valor do salário).” Além de tudo que já foi mencionado, a lei deixa claro que, ao aderir ao PAT, o benefício terá natureza indenizatória e não salarial, sendo o contrário, por óbvio, verdadeiro.

Conforme orientação no parágrafo nº 21 do Parecer Jurídico nº 486/2018, deve ser exigido da empresa licitante o comprovante de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT durante a seleção do fornecedor e gestão do contrato, porém, a própria AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA declarou que não é participante do PAT e cita a Convenção para justificar seu posicionamento, alegando que a CCT apenas recomenda a inscrição junto ao programa, mas não o torna obrigatório. Ora, a adesão ao programa, de fato, não é obrigatória, mas a sua falta lhe impede de usufruir dos benefícios por ele concedidos, sendo necessária a inclusão da alimentação no Módulo 01 e o consequente recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

O tema em questão é bem explicado no Caderno de Logística, que é um Guia de Orientação sobre os aspectos gerais nas contratações no âmbito da Administração Pública Federal, Autárquica e Fundacional, disponibilizado no Site do Compras.gov.br. Nele fica claro que somente empresas integrantes dos programas de alimentação do trabalhador é que poderão se beneficiar da natureza não salarial do auxílio alimentação. Vejamos:

#### **6.3.2.3 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (VALES, CESTA BÁSICA, ETC.)**

##### **a) Aspectos gerais**

Consiste em auxílio geralmente previsto nos Acordos, Convenções ou Sentenças Normativas em Dissídios Coletivos.

O auxílio-alimentação não tem natureza salarial nos casos de empresas integrantes dos programas de alimentação do trabalhador previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

O custo da cesta básica, quando previsto em Acordo Coletivo, é dado por:

**(Custo da cesta básica) = (Custo mensal da cesta básica) x (1 - Alíquota de compartilhamento).**

A alíquota de compartilhamento se refere ao percentual do custo arcado pelo trabalhador, sendo o restante a parcela arcada pela empresa contratada.

Quando o Acordo Coletivo apresentar o valor mensal do vale-refeição, este será inserido em auxílio-alimentação mensal.

##### **b) Valor do auxílio-alimentação**

O valor do auxílio-alimentação, em grande parte, é determinado em convenções coletivas de trabalho da categoria ou acordos coletivos.

Nos casos de programas de alimentação do trabalhador, a participação deste no custeio do auxílio está limitada a 20% do custo direto da refeição (art. 2º § 1º do **Decreto nº 5/1991**).

Entendemos, portanto, que a empresa AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, não fez questão de ter os referidos benefícios fiscais e deve, obrigatoriamente, inserir o custo com a alimentação no Módulo 1, juntamente com o valor do salário, onde o total do Módulo 1 irá servir de base para os encargos trabalhistas e sociais previstos nos submódulos 2.1 e 2.2.

### **2.3 DA AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA - EXIGIDA NO SUBITEM 8.26 DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

O § 1º, art. 69, da Lei nº 14/133/2021 define que, “a critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.”.

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, por sua vez, trouxe a previsão no subitem 8.26 de que “o atendimento dos índices econômicos previstos **neste item** deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.” Ou seja, o item ao qual o subitem 8.26 se refere é o item “Qualificação Econômico-Financeira” que exige, no subitem 8.23, que seja apresentado “balanço patrimonial, demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

Dito isso e observando a documentação enviada pela empresa AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, percebe-se que não foi enviada nenhuma declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que atenda ao exigido no subitem 8.26.

Dessa forma, a única conduta possível diante da ausência da declaração de capacidade financeira relativa aos 02 (dois) últimos anos seria a inabilitação da empresa, uma vez que não é possível diligenciar um documento que sequer foi apresentado.

### **3. DO PEDIDO**

Ante todo o exposto, é possível afirmar que estamos diante de uma proposta que não atende às exigências editalícias, uma vez que a empresa AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA não é participante do PAT, devendo os custos com alimentação constar no Módulo 1 e, com relação à habilitação, deixou a empresa de atender à exigência do subitem 8.26.

Cabe, portanto, à Comissão de Licitação a responsabilidade de encontrar a proposta mais vantajosa e que cumpra as regras editalícias e não somente o menor preço, resguardando a Administração Pública de uma má contratação.

Requer a empresa ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTD, que seja recebido o presente Recurso, intimado os demais licitantes para, querendo interpor, as contrarrazões no prazo estabelecido em lei. Após, se não exercido o Juízo de Retratação, que seja informado e encaminhado a Autoridade Superior para julgamento, a fim de reformar a decisão e **DESCCLASSIFICAR** e **INABILITAR** a empresa AGC PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS LTDA, aditando a fundamentação da decisão os motivos fáticos e jurídicos alinhavados nesta peça recursal, dando então, prosseguimento as fases seguintes do Pregão Eletrônico em questão.

Termos em que pede deferimento.

Maceió – AL, 24 de julho de 2024.

Ativa Serviços Gerais Ltda

Ivonete Porfirio Barros

Sócia-Administrativa